

# DURAS VERDADES P

Empresários e economistas reunidos em um seminário em Brasília cobram do

## ARA MAÍLSON

ministro: é preciso dar um jeito na economia brasileira.

### Indústria obsoleta

O empresário japonês Toshiro Kobayashi, presidente do Banco de Tóquio e da Câmara de Comércio do Japão, acha que "ainda não há condições de um investimento em larga escala no Brasil, mas o País está despertando". Ele se disse bastante impressionado com a movimentação dos empresários em defesa da iniciativa privada. E afirmou que o Brasil tem todas as condições de atrair investimentos japoneses, que trazem consigo não somente o capital, mas também tecnologia e mercado consumidor. "É preciso modernizar equipamentos e tecnologia na indústria brasileira, que está ficando obsoleta e, com isso, está perdendo competitividade internacional."

No imediato, disse o ministro da Fazenda em seu discurso, é preciso afastar a onda de pessimismo que tomou conta do País quanto a uma explosão inflacionária. Afirmou também que o déficit público deve ser removido, para que se dê o controle da inflação. Não especificou como, mas disse que é ocioso discutir as razões que levaram ao déficit. "Não importa a origem do déficit. O que importa é que ele influencia a expectativa e inibe investimentos."

Empresários e economistas de todo o País aproveitaram um encontro, ontem, em Brasília, que contava com a presença do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, para bater duro na tecla daquilo que eles consideram o impasse da economia brasileira. O palco, o seminário "Investimentos para a Retomada da Expansão Econômica", era apropriado. E os diagnósticos convergiam para um mesmo ponto: com pragmatismo ou não, a economia brasileira está sendo mal gerida e existe uma intervenção governamental excessiva na economia — disseram os empresários. Do ministro da Fazenda, ouviram algo parecido: o governo deve se limitar a exercer suas tarefas fundamentais, deixando ao mercado a tarefa de alocar poupança e se autogerir. Seu discurso foi bem recebido, mas o tom áspero das críticas não diminuiu.

Os empresários reclamaram da inexistência de um programa concreto de estabilização, e de corte do déficit público. Aos parlamentares presentes, pediram urgência na elaboração da nova Constituição, para maior tranquilidade na condução dos negócios. "Precisamos de liberdade contratual, de mercado, tecnologia e uma estrutura tributária semelhante à internacional", disse o empresário Jorge Gerdau Johansen.

Numa observação parecida, o ministro Maílson da Nóbrega afirmou ser "fundamental a aprovação rápida do novo texto constitucional", como forma de se eliminar uma das fontes de incerteza que pairam sobre a economia nacional. Além do processo constituinte, ele relacionou outras duas fontes de incerteza que vêm condicionando a ausência de novos investimentos pela iniciativa privada: a inflação e a dívida externa. No fundo, há a "inaceitável" queda da entrada de poupança externa nos últimos dois anos, além da reduzida capacidade de poupança do setor público, Maílson diagnosticou.

### Implosão

Os empresários, contudo, fizeram questão de demarcar os graves problemas que eles vêem na condução e na estrutura econômica do País. Ao final do seminário, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Amaury Temporal, perguntava: "Será que nós não podemos implodir o CIP (Conselho Interministerial de Preços), acabar com ele?". O controle de preços, a definição do câmbio de forma artificial, os altos impostos e as taxas de juros altas foram duramente criticados.

Na verdade, os empresários reclamaram uma desburocratização da economia. "Neste País ainda temos comportamentos que nada têm a ver com o capitalismo moderno. Temos uma mentalidade paternalista e cartorial em que se penaliza o trabalho organizado e o capital produtivo, que sustentam o ócio, a corrupção, o esbanjamento e os cartórios", insistiu Gerdau.

Para o presidente do grupo Gerdau, "se fosse dado a todas as empresas as facilidades que estão sendo propostas para as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) haveria um grande investimento na produção para a exportação." Esta crítica direta a um dos mais acalentados projetos do governo Sarney não recebeu nenhum comentário da parte do ministro.

O economista Eduardo Modiano disse que o País já vive um período recessivo desde o segundo trimestre do ano passado, quando houve uma queda na taxa de investimento de dois pontos percentuais. Para superar esta situação, disse, é necessário um programa de médio prazo para poupança e investimento. "É necessário atrair o capital externo", ele afirmou, concordando com as formulações nesse sentido do ministro da Fazenda.

### Acordo

Maílson da Nóbrega disse que o primeiro passo para que se consiga a retomada do fluxo de capitais externos é que seja firmado um acordo de médio prazo com os bancos credores, o mais rápido possível. Com isso, serão "eliminadas tensões que impedem a retomada de fluxo para a área privada no Brasil". Ele disse que as negociações devem ser tratadas com "objetividade, pragmatismo e realismo", e defendeu o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para ele, um acordo com o FMI não provocaria recessão, mas a ausência de um acordo com o Fundo poderia ter esse resultado.

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Antônio Teixeira da Silva, é preciso algo mais para a retomada dos investimentos externo e interno. "É preciso oferecer garantia de rentabilidade, liberdade para a condução dos negócios, o estabelecimento de preços e margens de lucro em concorrência natural", ele defendeu.